



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

1 – PREÂMBULO

PROCESSOS Nº 6059/19
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBJETO: Eventual e futura aquisição de peças novas e genuínas, tipo maior desconto sob a tabela de cada montadora, para os veículos oficiais, pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

TIPO: MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO POR LOTE.

Regime de Execução: Indireta

CREDENCIAMENTO, ABERTURA ENVELOPE PROPOSTA E FASE DE LANCES (JULGAMENTO):

Dia: 17/12/2019, às 09h30min

LOCAL: na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, localizada à Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, 4º andar – Centro – Bom Jardim/RJ.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3931/01, bem como no Decreto Municipal 2156/10, de 14 de janeiro de 2010, Lei complementar Municipal nº 135 de 19 de outubro de 2011 com alterações na Lei Complementar Federal 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666 /93 e suas alterações.

Os interessados em participar da presente licitação deverão entregar, diretamente na CPLC os envelopes fechados e indevassáveis.

Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

2 - DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto desta Licitação o Registro de Preços para Eventual e futura aquisição de peças novas e genuínas, tipo maior desconto sob a tabela de cada montadora, para os veículos oficiais, pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, conforme condições e especificações contidas na Planilha de quantitativos e Preços Unitários – Anexo I do Termo de Referência do presente Edital. .

3 – DA DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DETALHAMENTO DOS LOTES E DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS.

3.1 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.1 – Cada contrato oriundo das solicitações deste SRP terá vigência a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e findará em até 12 (doze) meses.



3.2 – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.2.1 – O fornecimento das peças se dará mediante solicitação do CONTRATANTE, que especificará a o nome da(s) peça(s), a quantidade, o(s) veículo(s) a ser(em) atendido(s), e a data da solicitação.

3.2.2 – A CONTRATADA deverá fornecer integralmente as peças solicitadas no prazo de 02 (dois) dias corridos, a partir do recebimento da solicitação do CONTRATANTE.

3.2.3 – Os prazos de fornecimento ou substituição de peças serão contados excluindo o dia inicial e incluindo o dia de vencimento.

3.2.4 – Caso não haja expediente no dia de vencimento, será considerado vencimento o dia útil seguinte.

3.2.5 – As peças solicitadas deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto, s/ nº, bairro Bom Destino, Bom Jardim/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e 13h às 16h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

3.3 – DETALHAMENTO DOS LOTES:

LOTE1
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.
LOTE2
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos pesados.
LOTE3
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículos tipo EQUIPAMENTOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.

3.4 – DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS

LOTE 1 - VEÍCULOS TIPO PASSAGEIRO	
ITEM	VEÍCULO
1	VW GOL 1.6 KNO-5350 – Ano 2008
2	VW GOL 1.6 KMW-8743 – Ano 2008
3	VW Saveiro 1.6CS LPW-2175 – Ano 2011/2011
4	VW Saveiro 1.6CS KVI-6242 – Ano 2010/2011
5	VW SAVEIRO 1.6 KPZ-6243 – Ano 2014
6	VW SAVEIRO 1.6 KVG 5786 – Ano 2009
7	VW GOL 1.6 KNJ-7941 – Ano 2007



LOTE 2 - VEÍCULOS TIPO PESADOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Caminhão MB Atron 2729 LSP-6182 – Ano 2014
2	Caminhão VW 24-280 KWB-6392 – Ano 2012/2013
3	Caminhão VW 24-220 LLE-7884 – Ano 2010/2010
4	Caminhão VW 24-220 LSP-2998 – Ano 2009/2009
5	Caminhão VW 13-180 KNV-6499 – Ano 2009/2010
6	Caminhão VW 13-180 KVO-3274 – Ano 2009/2010
7	Caminhão VW 11-130 Prancha KTA-4308 – Ano 1984
8	Caminhão VW Delivery 5-140 LPQ-2268 – Ano 2010/2010
9	Caminhão MB 1114 Melosa KTD-4304 - Ano 1991
10	Toyota Bandeirante KTG-4315 – Ano 1990

LOTE 3 - VEÍCULOS TIPO EQUIPAMENTOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Rolo Compactador Liu Gong – Ano 2010
2	Motoniveladora Caterpillar – Ano 2014
3	Motoniveladora New Holland RG 140B – Ano 2010/2010
4	Motoniveladora Huber Warco 140 – Ano 1985
5	Pá Carregadeira Yto ZL30F – Ano 2011
6	Pá Carregadeira New Holland 12C – Ano 2010/2010
7	Retro Escavadeira Randon RK 406 – Ano 2013
8	Retro Escavadeira New Holland B110B – Ano 2013

3.5 – OBSERVAÇÕES GERAIS ACERCA DO OBJETO:

3.5.1 – O preço final deverá incluir todas as despesas referentes ao frete, às embalagens, aos tributos e aos demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

3.5.2 – As peças fornecidas serão novas, genuínas e seguirão o padrão INMETRO.

3.5.3 – As peças fornecidas seguirão as normas da ABNT, quanto à sua nomenclatura.

4 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA.

4.1 – Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

4.2 – Fornecer todas as peças solicitadas no prazo e local convencionado, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.

4.3 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

4.4 – Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

4.5 – Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, os produtos que apresentarem incompatibilidade, apresentarem defeito(s) ou estiverem danificados.

4.6 – Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, cargas, descargas, etc.

4.7 – Dar garantia contratual de no mínimo 06 (seis) meses para os produtos fornecidos, respeitando o prazo de substituição constante no Termo de Referência/Edital.

4.8 – Manter cópia atualizada da tabela de cada montadora objeto no Termo de Referência/Edital, que deverá ser apresentada quando solicitada pelo CONTRATANTE.

4.8.1 – Na ausência da tabela da montadora – se e somente se esta não for disponibilizada pela montadora - a CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preço em três autorizadas da marca do veículo para substituir a tabela.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

5.2 – Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.

5.3 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato.

5.4 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma convencionada.

5.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

5.6 – Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

5.7 – Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual, caso necessário.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados e lacrados, respectivamente, a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO” contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

6.2 – Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

6.3 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, salvo as que tiverem seu plano de recuperação homologado, bem como empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município e/ou ente da Federação, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

6.3.1 – Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.3.2 – Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

6.4 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, fundações ou autarquias, ou o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 – Não será permitida a participação em consórcio.

6.6 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.

6.8. – A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

7 – DO PREÇO UNITÁRIO E DOS VALORES TOTAIS MÁXIMOS ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

7.1 – O Preço unitário máximo será apurado mediante maior percentual de desconto concedido sobre a Lista de Preços de cada tabela da montadora/fabricante, do mês em que se aplica a entrega dos mesmos.

7.2 – O preço estimado pela administração para aquisição das peças é de **R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)** conforme valores informados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

7.2.1 – DOS VALORES RESERVADOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
01	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI e SMOI, apresentados nos lotes do GRUPO 1.	R\$ 30.000,00	R\$ 70.000,00
02	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI, apresentados nos lotes do Grupo 2.	R\$ 40.000,00	R\$ 110.000,00
03	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI, apresentados nos lotes do grupo 3.	R\$ 60.000,00	R\$ 170.000,00

7.3 – O valor estimado constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Bom Jardim a utilizá-lo integralmente.

8 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O registro de preços será formalizado por intermédio da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ANEXO III, nas condições previstas neste edital.



9 – DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de duração do contrato igual ou inferior a 12 (doze) meses, aplicando-se, no que couber, as Leis nº. 9.069 de 29 de junho de 1995, e 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

9.2 – Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, os preços registrados poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, apenas em situações que sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos moldes da alínea “d” do inciso I, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

9.3 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação acima prevista, a Administração, se julgar conveniente, baseado no interesse público, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços.

9.4 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III.

9.5 – Caso julgue-se necessário e em consonância com a legislação vigente, os reajustes tomarão como base os índices do IGP-M.

10 – DO CREDENCIAMENTO

10.1 – A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro por um representante, devidamente munido de documento, original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa (autenticado ou original).

10.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento – Anexo V). Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.

10.3 – A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração de Fatos Impeditivos (modelo no anexo IV), Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (modelo no anexo VIII) e Declaração de Idoneidade (conforme o anexo IX), todos fora do envelope.

10.4 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

10.5 – As empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.

10.6 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.



10.7 – A ausência do credenciamento implicará na impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 – **As Propostas de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II** e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.

11.1.1 – Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio, este deverá ser idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/Termo referência/Formulário fornecido pelo licitado, **PREVALECERÀ** todas as informações contidas no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM.
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 130/19
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

11.2 – Na apresentação da proposta deverão ser observados os seguintes requisitos:

11.3 – Atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus anexos, contendo especificações de forma clara e detalhada do objeto a ser fornecido em conformidade com o Anexo I deste Edital.

11.4 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de maior percentual de desconto por item, sob pena de desclassificação.

11.5 – O prazo de validade da Proposta será de 12 (doze) meses, contados da data da abertura, independentemente de declaração expressa neste sentido.

11.6 – Os descontos deverão ser expressos em moeda corrente no país, todos em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais para os descontos, pelo qual a licitante se propõe a fornecer as peças.

11.7 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a Proposta apresentada, seja quanto aos descontos, forma de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

11.8 – Serão admitidas no conjunto das propostas quaisquer informações complementares que visem esclarecer eventuais omissões e dúvidas pertinentes ao objeto do certame, ou à situação do proponente, cujo conteúdo será dirimido pelo Pregoeiro, podendo considerá-las ou não, conforme a importância.

11.9 – Serão desclassificadas as Propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

11.10 – Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:

11.11 – Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.12 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de **MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO POR LOTE**;

11.12.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem descontos manifestamente inexequíveis e *percentuais de desconto inferiores ao estimado pela administração*.

12- HABILITAÇÃO

12.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo na sua parte externa o Título.

MUNICIPAL DE BOM JARDIM
ENVELOPE 002 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 130/19
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

12.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas suas alterações, ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente.

12.2.1.1 – Para o Microempreendedor Individual, é ato constitutivo o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.2.1.2 – Para as Sociedades Anônimas, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentada a ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

12.2.1.3 – Para as empresas estrangeiras, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentado o Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.2.1.4 – Para as empresas individuais, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentado o Registro Comercial.

12.2.1.5 – Para as sociedades não empresárias, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentado o Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

12.2.1.6 – Para as Fundações, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentada a Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005.

12.2.2 – Cédula de identidade de qualquer dos sócios ou diretores.

12.2.3 – Declaração de cumprir o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (conforme o anexo VI).



12.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

12.3.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

12.3.3 – Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);

12.3.4 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.3.5 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

12.3.6 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

12.3.6.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

12.3.7 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

12.3.8 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3.9 – Microempresas e empresas de pequeno porte

12.3.9.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.9.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.9.3 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.4.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 11.101/2005, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes.

12.4.2 – Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

12.4.3 – Em caso do juízo local não expedir a certidão unificada negativa de falência e recuperação judicial, deverá ser apresentada declaração passada pelo foro distribuidor que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam os pedidos de falências e recuperação judicial.

12.4.4 – Em caso de fundada dúvida, o pregoeiro ou responsável por conduzir o certame licitatório poderá realizar diligências para verificar o foro competente.

12.4.5 – Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, bem como declarações, conforme orientação do TCE, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de (três) meses da data de apresentação da proposta. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

12.4.6 – Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

12.4.7 – As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

12.4.8 – Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

12.4.9 – Os documentos relativos ao subitem 12.4.6 ao 12.4.9 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional do Contador.

12.4.10 – A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

Ativo Circulante

LC = - - - - -

Passivo Circulante



Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)

12.5 – As cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório e/ou apresentados os originais para que suas cópias sejam autenticadas pelo Pregoeiro.

12.6 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

12.7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.7.1 – A licitante deverá apresentar 01(um) atestado de capacidade técnica, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, comprovando que a empresa está apta para o fornecimento do objeto em características pertinentes e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

12.8 – DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12.8.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar fora de qualquer dos envelopes, além de todos os documentos previstos no item 12 deste edital:

12.8.2 – Em se tratando de ser a licitante, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar nº 123/2006, deverá se qualificar como tal, entregando, fora do envelope, ao Pregoeiro, ainda na fase de credenciamento, declaração assinada pelo representante legal da empresa de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Micro Empreendedor Individual e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VI**).

12.9 – A microempresa, micro empreendedor individual e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 12.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

12.9.1 – O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

12.9.2 – O prazo de que trata o item 12.9 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.10 – A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 12.9.2 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.11 – A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

Pregoeiro ou Equipe de Apoio. A Autenticidade do documento poderá ainda, ser verificada, pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos.

12.12 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.13 – Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.

12.14 – As firmas já **cadastradas** na Prefeitura Municipal de Bom Jardim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope Habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

12.15 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) Apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

13 – DO JULGAMENTO:

13.1- No local dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer as licitantes, com a declaração mencionada no item **10 e os envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO**, apresentados na forma anteriormente definida;

13.2- O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas; sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio;

13.3- Após a fase de credenciamento das licitantes, na forma do disposto no **item 10**, o Pregoeiro procederá a abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a conseqüente divulgação dos descontos ofertados pelas licitante classificadas;

13.4- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.

13.4.1 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem descontos manifestamente inexequíveis e *percentuais de desconto inferiores ao estimado pela administração*.

13.4.2 - De acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1º, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: **a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou **b)** valor orçado pela Administração. Bem como, § 2º Dos licitantes classificados na forma do anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.



13.5- Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances o autor da proposta de percentual de desconto por lote e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) à de maior percentual de desconto por item.

13.6 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item antecedente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os descontos oferecidos.

13.7 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentarem descontos iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.8 - O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes qualificadas a apresentarem os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de menor percentual de desconto seguido dos demais, em ordem decrescente de valor;

13.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para acréscimo dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão;

13.10 - Só serão aceitos lances cujos descontos sejam SUPERIORES ao último apresentado;

13.11 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último lance apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas;

13.12 - A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas no item 20 do Edital.

13.13 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou quando encerrado o prazo estipulado na forma do subitem 13.9;

13.14 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapas de lances verbais e a manutenção do último desconto apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

13.15 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e desconto, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas cujos descontos dos itens sejam inferiores aos estimados na Planilha de Quantitativos e Descontos – TERMO REFERÊNCIA.

13.16 - A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com descontos iguais ou até 5 % (cinco por cento) superior à proposta de melhor desconto, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06.

13.16.1 - Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 13.16, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

13.16.2 - O disposto no subitem 13.16 somente se aplicará quando **a melhor oferta inicial** não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.17 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido melhor desconto aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada(s) em ata;

13.18 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, após negociação com o Pregoeiro, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, **para confirmação das suas condições de habilitação, descrita no item 12 do Edital**, assegurado-se ao já cadastrado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão de apreciação dos documentos;

13.19 - Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora, caso nenhum licitante manifeste a intenção de recorrer;

13.20 – Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de Habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado, quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos;

13.21 - Na reunião lavrar-se-á ata, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros de equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a exigência de participante ausente naquele momento será circunstanciada em ata;

13.22 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatória, sendo assegurado o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.

13.23 - A Empresa que cotar o maior percentual de desconto ficará obrigada a fornecer todos os itens, quando solicitado.

14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1- Ao final da sessão e declarada a licitante vencedora pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3(três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos autos;

14.3- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

14.3- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.4- A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata;

14.5 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

14.6- Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, localizado em endereço constante no presente Edital, no horário das 9:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados domingos e feriados;

14.7- Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar ou enviar para a Autoridade Competente, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada;

14.8- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;

14.9- Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

I - recurso, dirigido à Autoridade Competente, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 12.6 deste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II - representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão da Autoridade Competente, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.10- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei no 8.666/93).

14.11- Interposto, o recurso será aberto prazo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo em até 5 (cinco) dias úteis.

14.12- A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 14.9, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no órgão oficial do Município.

15 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, será formalizada a ata, conforme ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ANEXO III, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de doze meses, a partir de sua assinatura.



15.2 – O Município de Bom Jardim convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da nota de empenho. A convocação far-se-á através de ofício e/ou e-mail, dentro do prazo de validade de sua proposta, aplicando-se as disposições do artigo 64 da Lei 8.666/93.

15.3 – O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro e sua Equipe.

15.4 – Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

15.5 – Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa.

15.6 – A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e facultando a Comissão de Licitação e Compras convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

15.7 – Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela assinatura e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

15.8 – A ata firmada com o licitante vencedor poderá ser alterada nos termos do artigo 57, 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

16 – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

16.2 – O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.3 – Caso o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

16.4 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5 – Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.



16.6 – Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura.

17 – DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

17.1 – O Município de Bom Jardim, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.

17.2 – O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas no Termo Referência/Edital. Neste caso, o setor requisitante convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.

18 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

18.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:

18.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

18.2.2 – por iniciativa do Município de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CPLC, sem justificativa aceitável;

18.2.3 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

18.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

19 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

19.1.1 – por decurso de prazo de vigência;

19.1.2 – quando não restarem fornecedor registrados;

19.1.3 – pelo Município de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

20 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL:

20.1 – Em caso do licitante vencedor ou a CONTRATADA recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

20.1.1 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

20.2 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

20.2.1 – Advertência, quando o descumprimento das obrigações não acarretar prejuízos sensíveis ao CONTRATANTE.

20.2.2 – Multa(s), nos casos de:

- a) atraso na entrega dos produtos, em valor de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da respectiva nota de empenho, limitado a 20% (vinte por cento) deste valor;
- b) descumprimento de qualquer outra obrigação, se acarretar prejuízo ao CONTRATANTE ou se após advertência houver novo descumprimento da obrigação, em valor de 10 (dez) a 100 (cem) UNIF-BJ ou índice que venha a substituí-lo.

20.2.3 – Suspensão de licitar e contratar com o Município, nos casos de:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
- b) falhar, fraudar, atrasar a entrega dos produtos, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

20.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos mesmos casos de suspensão de licitar e contratar com o Município, que perdurará:

- a) enquanto os motivos determinantes da punição não tiverem cessado; e
- b) até ser realizada a reabilitação perante o CONTRATANTE, com o ressarcimento dos prejuízos causados.

20.3 – A reabilitação da CONTRATADA, da alínea “b” do item 18, somente será concedida após decorrido o prazo da respectiva suspensão de licitar e contratar com o município.

20.4 – O atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias corridos ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;

20.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.



20.6 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

20.7 – As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados.

20.8 – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

20.8.1 – Razões de interesse público.

20.8.2 – Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.

20.8.3 – Falta grave a Juízo do Município.

20.8.4 – Falência ou insolvência.

20.8.5 – Inexecução total ou parcial do contrato.

20.8.6 – Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato.

20.8.7 – Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato.

20.8.8 – Descumprimento de qualquer cláusula contratual.

20.8.9 – Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes.

20.8.9 – Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

21 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

21.1.1 – Com a nota fiscal eletrônica, deverá a CONTRATADA apresentar:

i – cópia atualizada da tabela da(s) respectiva(s) montadora(s);

ii.– cópia da Ata do Registro de Preços ou instrumento equivalente que comprove a porcentagem de desconto declarado vencedor;

iii.– cópia da certidão de regularidade com INSS - certidão unificada, com validade atualizada;

iv. – cópia da certidão de regularidade com FGTS, com validade atualizada;

v. – cópia da certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, com validade atualizada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

vi. – cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e a certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, com validade atualizada;

vii. – cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da CONTRATADA, com validade atualizada;

viii. – cópia da certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/11.

21.2 – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA

21.3 – Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto ao CONTRATANTE, inclusive multa.

21.4 – É vedado à CONTRATADA ceder créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

22 – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

22.1 – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente do Termo Referência/Edital caberá ao seguinte fiscalizador:

22.1.1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – CHEFE DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE OBRAS – MAT. 10/3558 SMOI.

22.2 – O fiscalizador determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados ao fornecimento do objeto, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

22.3 – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo.

22.4 – As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

23 – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1– O Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços é a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

23.2 – Os quantitativos mínimos e máximos a serem adquiridos serão os equivalentes aos valores mínimos e máximos estipulados no item 5 do Termo de Referência e 7 do Edital.

23.3 – O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

23.4 – Não será permitida a adesão de outros órgãos ou pessoas jurídicas da Administração direta ou indireta ao presente Registro de Preços.



23.5 – O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata.

23.6 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

23.6.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23.6.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.6.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.6.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.6.5 Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

24 – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

24.1 – Por se tratar de eventual e futura aquisição de peças, seu cronograma de desembolso resume-se ao pagamento integral após a efetiva entrega dos itens relacionados na nota de empenho.

ETAPA	MÊS	
	1º	2º
Entrega do produto	X	
Pagamento		X



25 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

25.1 – O objeto entregue será recebido:

25.1.1 – Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.

25.1.2 – Definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, que ocorrerá expressa ou tacitamente, depois de decorridos 30 (trinta) dias da data do recebimento provisório.

25.2 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

25.3 – No ato da entrega das peças, a CONTRATADA deverá fornecer o certificado de garantia dos produtos fornecidos, incluindo os certificados de se tratarem de peças novas, genuínas ou originais, podendo ser responsabilizada juridicamente em caso de avarias nos veículos ou acidentes provocados pelas peças e equipamentos defeituosos ou incompatíveis com os veículos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

25.4 – As peças deverão ser entregues em suas embalagens lacradas originais de fábrica, constando sua descrição, marca, fabricante e outras referências que identifiquem o produto fornecido.

25.5 – O fiscal do contrato, identificando a(s) peça(s) entregue(s) como não satisfatórias, poderá recusar as mesmas, devendo ser substituídas pela CONTRATADA por outra de qualidade satisfatória.

25.6 – Identificada(s) a(s) peça(s) entregues como não sendo original ou genuína, de qualidade nitidamente inferior, sem identificação do fabricante e do país de origem e ainda, componentes e peças diferentes dos que foram solicitados, deverá a CONTRATADA, às suas expensas, em até 01 (um) dia útil a partir da notificação, recolher e fazer a substituição.

25.6.1 – No caso de dúvida, quanto a origem do fabricante ou qualidade das peças, fica a CONTRATADA responsável por comprovar que a peça é homologada pela montadora do respectivo veículo.

25.7 – A CONTRATADA deverá fornecer no ato da entrega da(s) peça(s) solicitada(s), cópia da nota fiscal de aquisição, comprovando a origem da(s) mesma(s).

25.8 – Serão aceitas somente peças novas, originais ou genuínas das respectivas linhas, seguindo as normas da ABNT.

26 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

26.1 – Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irremovíveis, salvo os casos previstos em Lei, em tempo ao Art. 40, XI da Lei 8.666/93, valendo-se do índice IGPM.

26.2 - Por se tratar de registro de preços, deve ser observado o Capítulo VIII, Artigos 17 e seguintes do Dec. 7.892/2013.



27 – DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

27.1 – O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá à data da efetiva entrega dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento, obedecendo ao índice IGPM – Índices Gerais de Preços de Mercado.

28 - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

28.1 – Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, “d” da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.

29 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO

29.1 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e o CONTRATANTE para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada e justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA, o que se aceite pelo CONTRATANTE, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

30 – DAS CONDIÇÕES PARA SEGURO

30.1 – Não será necessário seguro para o presente.

31 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

31.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço: Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim - RJ, deste edital, cabendo ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Portaria Municipal nº 425/17, de 16 de novembro de 2017.

31.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

32 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

32.1 – É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

32.1.1 – O Pregoeiro poderá a qualquer momento convocar funcionário competente da Prefeitura para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas empresas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

32.2 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.3 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.4 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

32.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte do Pregoeiro.

32.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

32.7 – O desatendimento à exigências formais não essenciais e sanáveis não importará na exclusão do licitante, desde que seja possível a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação durante a realização da sessão pública de pregão.

32.8 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

32.9 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.10 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

32.11 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.

32.12 – Fica assegurado ao Município de Bom Jardim, sem que caiba aos licitantes indenizações:

- a- Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas;
- b- Revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados, anular a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.

32.13- Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

32.14 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520, no Decreto Municipal nº 1.393/05 e no Decreto Municipal nº 2156/10, e demais normas pertinentes.



32.15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.15.1 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
314	0604.2678200492.054	3390.39.00
315	0604.2678200492.054	3390.39.00
316	0700.1236100522.060	3390.39.00

32.16 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: licitacao.bomjardim@gmail.com, ou ainda, feitas pessoalmente o Pregoeiro, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min. horas, na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 4º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566-2916 e 2566-2316.

32.17 – O Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado ao presente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras) e no Setor Requisitante, situado na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel.: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e de 13h às 16h.

33 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

- 33.1 – ANEXO I – Termo Referência
- 33.3 – ANEXO II – Proposta de Preços
- 32.4 – ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 33.5 – ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos
- 33.6 – ANEXO V – Modelo de Carta de Credenciamento
- 33.7 – ANEXO VI – Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores
- 33.8 – ANEXO VII – Modelo Declaração ME ou EPP
- 33.9 – ANEXO VIII – Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- 33.10 – ANEXO IX – Declaração de Idoneidade.
- 33.11 – ANEXO X – Minuta de Contrato

Bom Jardim, 04 de dezembro de 2019.

Vicente de Paula Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA:

JUSTIFICAMOS a AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS E GENUÍNAS para os veículos oficiais, pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do tipo MAIOR DESCONTO – MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO sob a tabela das Montadoras, pois a Secretaria de Obras vem aumentando seu quantitativo de veículos e, ainda, alguns dos veículos mais novos necessitam de equipamentos modernos que não estão disponíveis na oficina da Prefeitura Municipal.

A aquisição de todas as peças torna-se fundamental tendo em vista a necessidade de mobilização da administração pública a fim de diminuir os impactos causados nos equipamentos SMOI e manter a conservação dos mesmos.

Considerando ainda o grande desgaste que ocorre com toda frota SMOI de carros baixos, pesados e máquinas na confecção de estradas, transporte de materiais e rondas para verificação dos trabalhos e visando o bem estar social da população bom-jardinense e a necessidade de continuidade da prestação de serviços básicos.

2. OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência a eventual e futura aquisição de peças novas e genuínas com maior desconto sob a tabela de cada montadora, através do sistema de registro de preço, correspondentes à relação de veículos apresentados na relação de LOTES neste TERMO DE REFERÊNCIA, pertencentes à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI, para o melhor funcionamento de sua frota.

2.1. DETALHAMENTO DOS LOTES:

LOTE1
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.
LOTE2
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos pesados.
LOTE3
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de



Bom Jardim, de veículos tipo **EQUIPAMENTOS**, do tipo **MAIOR DESCONTO** sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.

2.1.1. DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS

LOTE 1 - VEÍCULOS TIPO PASSAGEIRO	
ITEM	VEÍCULO
1	VW GOL 1.6 KNO-5350 – Ano 2008
2	VW GOL 1.6 KMW-8743 – Ano 2008
3	VW Saveiro 1.6CS LPW-2175 – Ano 2011/2011
4	VW Saveiro 1.6CS KVI-6242 – Ano 2010/2011
5	VW SAVEIRO 1.6 KPZ-6243 – Ano 2014
6	VW SAVEIRO 1.6 KVG 5786 – Ano 2009
7	VW GOL 1.6 KNJ-7941 – Ano 2007

LOTE 2 - VEÍCULOS TIPO PESADOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Caminhão MB Atron 2729 LSP-6182 – Ano 2014
2	Caminhão VW 24-280 KWB-6392 – Ano 2012/2013
3	Caminhão VW 24-220 LLE-7884 – Ano 2010/2010
4	Caminhão VW 24-220 LSP-2998 – Ano 2009/2009
5	Caminhão VW 13-180 KNV-6499 – Ano 2009/2010
6	Caminhão VW 13-180 KVO-3274 – Ano 2009/2010
7	Caminhão VW 11-130 Prancha KTA-4308 – Ano 1984
8	Caminhão VW Delivery 5-140 LPQ-2268 – Ano 2010/2010
9	Caminhão MB 1114 Melosa KTD-4304 - Ano 1991
10	Toyota Bandeirante KTG-4315 – Ano 1990

LOTE 3 - VEÍCULOS TIPO EQUIPAMENTOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Rolo Compactador Liu Gong – Ano 2010
2	Motoniveladora Caterpillar – Ano 2014
3	Motoniveladora New Holland RG 140B – Ano 2010/2010
4	Motoniveladora Huber Warco 140 – Ano 1985
5	Pá Carregadeira Yto ZL30F – Ano 2011
6	Pá Carregadeira New Holland 12C – Ano 2010/2010
7	Retro Escavadeira Randon RK 406 – Ano 2013
8	Retro Escavadeira New Holland B110B – Ano 2013

2.2. OBSERVAÇÕES GERAIS ACERCA DO OBJETO:

2.2.1. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes ao frete, às embalagens, aos tributos e aos demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

2.2.2. As peças fornecidas serão novas, genuínas e seguirão o padrão INMETRO.

2.2.3. As peças fornecidas seguirão as normas da ABNT, quanto à sua nomenclatura.

2.2.4.



3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1. O fornecimento das peças se dará mediante solicitação do CONTRATANTE, que especificará a o nome da(s) peça(s), a quantidade, o(s) veículo(s) a ser(em) atendido(s), e a data da solicitação.

3.2. A CONTRATADA deverá fornecer integralmente as peças solicitadas no prazo de 02 (dois) dias corridos, a partir do recebimento da solicitação do CONTRATANTE.

3.2.1. Os prazos de fornecimento ou substituição de peças serão contados excluindo o dia inicial e incluindo o dia de vencimento.

3.2.2. Caso não haja expediente no dia de vencimento, será considerado vencimento o dia útil seguinte.

3.3. As peças solicitadas deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto, s/ nº, bairro Bom Destino, Bom Jardim/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e 13h às 16h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.1. O objeto entregue será recebido:

4.1.1. Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.

4.1.2. Definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, que ocorrerá expressa ou tacitamente, depois de decorridos 30 (trinta) dias da data do recebimento provisório.

4.2. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

4.3. No ato da entrega das peças, a CONTRATADA deverá fornecer o certificado de garantia dos produtos fornecidos, incluindo os certificados de se tratarem de peças novas, genuínas ou originais, podendo ser responsabilizada juridicamente em caso de avarias nos veículos ou acidentes provocados pelas peças e equipamentos defeituosos ou incompatíveis com os veículos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

4.4. As peças deverão ser entregues em suas embalagens lacradas originais de fábrica, constando sua descrição, marca, fabricante e outras referências que identifiquem o produto fornecido.

4.5. O fiscal do contrato, identificando a(s) peça(s) entregue(s) como não satisfatórias, poderá recusar as mesmas, devendo ser substituídas pela CONTRATADA por outra de qualidade satisfatória.

4.6. Identificada(s) a(s) peça(s) entregues como não sendo original ou genuína, de qualidade nitidamente inferior, sem identificação do fabricante e do país de origem e ainda, componentes e peças diferentes dos que foram solicitados, deverá a CONTRATADA, às suas expensas, em até 01 (um) dia útil a partir da notificação, recolher e fazer a substituição.

4.6.1. No caso de dúvida, quanto a origem do fabricante ou qualidade das peças, fica a CONTRATADA responsável por comprovar que a peça é homologada pela montadora do respectivo veículo.



4.7. A CONTRATADA deverá fornecer no ato da entrega da(s) peça(s) solicitada(s), cópia da nota fiscal de aquisição, comprovando a origem da(s) mesma(s).

4.8. Serão aceitas somente peças novas, originais ou genuínas das respectivas linhas, seguindo as normas da ABNT.

5. DOS VALORES RESERVADOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
01	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI e SMOI, apresentados nos lotes do GRUPO 1.	R\$ 30.000,00	R\$ 70.000,00
02	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI, apresentados nos lotes do Grupo 2.	R\$ 40.000,00	R\$ 110.000,00
03	Peças novas e genuínas para os veículos da SMOI, apresentados nos lotes do grupo 3.	R\$ 60.000,00	R\$ 170.000,00

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

6.2. Fornecer todas as peças solicitadas no prazo e local convencionado, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.

6.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

6.4. Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal.

6.5. Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, os produtos que apresentarem incompatibilidade, apresentarem defeito(s) ou estiverem danificados.

6.6. Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, cargas, descargas, etc.

6.7. Dar garantia contratual de no mínimo 06 (seis) meses para os produtos fornecidos, respeitando o prazo de substituição constante neste Termo de Referência.

6.8. Manter cópia atualizada da tabela de cada montadora objeto deste Termo de Referência, que deverá ser apresentada quando solicitada pelo CONTRATANTE.

6.8.1. Na ausência da tabela da montadora – se e somente se esta não for disponibilizada pela montadora - a CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preço em três autorizadas da marca do veículo para substituir a tabela.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.



7.2. Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.

7.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato.

7.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma convencionada.

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

7.6. Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

7.7. Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual, caso necessário.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

8.1.1. Com a nota fiscal eletrônica, deverá a CONTRATADA apresentar:

i.cópia atualizada da tabela da(s) respectiva(s) montadora(s);

ii.cópia da Ata do Registro de Preços ou instrumento equivalente que comprove a porcentagem de desconto declarado vencedor;

iii.cópia da certidão de regularidade com INSS - certidão unificada, com validade atualizada;

iv.cópia da certidão de regularidade com FGTS, com validade atualizada;

v.cópia da certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, com validade atualizada;

vi.cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e a certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, com validade atualizada;

vii.cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da CONTRATADA, com validade atualizada;

viii.cópia da certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/11.

8.2. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA

8.3. Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto ao CONTRATANTE, inclusive multa.

8.4. É vedado à CONTRATADA ceder créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.



9. DAS PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1 – Em caso do licitante vencedor ou a CONTRATADA recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.1.1 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

9.2 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

9.2.1 – Advertência, quando o descumprimento das obrigações não acarretar prejuízos sensíveis ao CONTRATANTE.

9.2.2 – Multa(s), nos casos de:

a) atraso na entrega dos produtos, em valor de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da respectiva nota de empenho, limitado a 20% (vinte por cento) deste valor;

b) descumprimento de qualquer outra obrigação, se acarretar prejuízo ao CONTRATANTE ou se após advertência houver novo descumprimento da obrigação, em valor de 10 (dez) a 100 (cem) UNIF-BJ ou índice que venha a substituí-lo.

9.2.3 – Suspensão de licitar e contratar com o Município, nos casos de:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;

b) falhar, fraudar, atrasar a entrega dos produtos, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

c) apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

9.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos mesmos casos de suspensão de licitar e contratar com o Município, que perdurará:

a) enquanto os motivos determinantes da punição não tiverem cessado; e

b) até ser realizada a reabilitação perante o CONTRATANTE, com o ressarcimento dos prejuízos causados.

20.3 – A reabilitação da CONTRATADA, da alínea “b” do item 18, somente será concedida após decorrido o prazo da respectiva suspensão de licitar e contratar com o município.

20.4 – O atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias corridos ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;

20.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da



notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.

20.6 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

20.7 – As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados.

20.9– Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

20.8.6 – Razões de interesse público.

20.8.7 – Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.

20.8.8 – Falta grave a Juízo do Município.

20.8.9 – Falência ou insolvência.

20.8.10 – Inexecução total ou parcial do contrato.

20.8.6 – Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato.

20.8.7 – Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato.

20.8.10 – Descumprimento de qualquer cláusula contratual.

20.8.9 – Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes.

20.8.11 – Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

10. DA HABILITAÇÃO:

Para estar apto a participar do certame, o licitante deverá possuir e apresentar a seguinte documentação:

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração.

10.1.2. No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

10.1.3. Cédula de identidade dos sócios e/ou diretores.

10.1.4. Para empresa individual: registro comercial.

10.1.5. Declaração de cumprir o art. 7º, XXXIII, da CRFB/88.



10.1.6. Certidão de regularidade expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Promotoria de Justiça de Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005, em se tratando de Fundações.

10.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.2.2. Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ.

10.2.3. Certidão de Regularidade com a Previdência Social - INSS.

10.2.4. Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal.

10.2.5. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

10.2.6. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais - ICMS.

10.2.7. Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, onde houver.

10.2.8. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

10.2.9. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.3.1 – A licitante deverá apresentar 01(um) atestado de capacidade técnica, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, comprovando que a empresa está apta para o fornecimento do objeto em características pertinentes e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.4.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 11.101/2005, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes.

10.4.2 – Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

10.4.3 – Em caso do juízo local não expedir a certidão unificada negativa de falência e recuperação judicial, deverá ser apresentada declaração passada pelo foro distribuidor que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam os pedidos de falências e recuperação judicial.

10.4.4 – Em caso de fundada dúvida, o pregoeiro ou responsável por conduzir o certame licitatório poderá realizar diligências para verificar o foro competente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

10.4.5 – Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, bem como declarações, conforme orientação do TCE, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de (três) meses da data de apresentação da proposta. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

10.4.6 – Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

10.4.7 – As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

10.4.8 – Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

10.4.9 – Os documentos relativos ao subitem 10.4.6 ao 10.4.9 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional do Contador.

10.4.10 – A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)



11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DE ACEITABILIDADE:

11.1. O critério de julgamento e de classificação das propostas será do tipo MAIOR DESCONTO POR LOTE.

11.2. Somente serão aceitas as propostas que ofereçam descontos superiores ao desconto médio por lote estimado pela Administração.

11.2.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas com descontos que causem preços deficitários, em que o licitante não demonstre a exequibilidade de sua proposta.

11.2.2. A exequibilidade da proposta poderá ser demonstrada em recurso a ser encaminhado ao Pregoeiro, no prazo estipulado em edital.

12. DO TIPO DE EXECUÇÃO:

A execução será indireta.

13. DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Por se tratar de eventual e futura aquisição de peças, seu cronograma de desembolso resume-se ao pagamento integral após a efetiva entrega dos itens relacionados na nota de empenho.

ETAPA	MÊS	
	1°	2°
Entrega do produto	X	
Pagamento		X

14. DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA:

O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá à data da efetiva entrega dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento, obedecendo ao índice IGPM – Índices Gerais de Preços de Mercado.

15. DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, “d” da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.

16. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

16.1. Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

16.2. O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



16.3. Caso o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

16.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

16.6. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura.

17. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

17.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Termo Referência caberá ao seguinte fiscalizador:

17.1.1. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – CHEFE DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE OBRAS – MAT. 10/3558 SMOI.

17.2. O fiscalizador determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados ao fornecimento do objeto, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

17.3. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

Cada contrato oriundo das solicitações deste SRP terá vigência a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e findará em até 12 (doze) meses.

19. DO SEGURO:

Não será necessário seguro para o presente.

20. DO LOCAL PARA EXAME E RETIRADA DO TERMO DE REFERÊNCIA:

O presente Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado ao presente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras) e no Setor Requisitante, situado na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel.: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e de 13h às 16h.



21. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

21.1. O Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços é a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

21.2. Os quantitativos mínimos e máximos a serem adquiridos serão os equivalentes aos valores mínimos e máximos estipulados no item 29 deste Termo de Referência.

21.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

21.4. Não será permitida a adesão de outros órgãos ou pessoas jurídicas da Administração direta ou indireta ao presente Registro de Preços.

21.5. O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata.

21.6. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

21.6.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

21.6.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- d. liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;
- e. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.6.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.6.5. Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

22. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

ALINE BENVENUTI FARIZEL, Diretor Executivo de Infraestrutura e Urbanismo, Mat.41/6614-SMOI



23 – DO CUSTO ESTIMADO

GRUPO 1	UNID.	PERCENTUAL DE DESCONTO
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01	8,75 %
GRUPO 2		
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01	8 %
GRUPO 03		
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículos tipo EQUIPAMENTOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.	01	6 %

DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS

LOTE 1 - VEÍCULOS TIPO PASSAGEIRO	
ITEM	VEÍCULO
1	VW GOL 1.6 KNO-5350 – Ano 2008
2	VW GOL 1.6 KMW-8743 – Ano 2008
3	VW Saveiro 1.6CS LPW-2175 – Ano 2011/2011
4	VW Saveiro 1.6CS KVI-6242 – Ano 2010/2011
5	VW SAVEIRO 1.6 KPZ-6243 – Ano 2014
6	VW SAVEIRO 1.6 KVG 5786 – Ano 2009
7	VW GOL 1.6 KNJ-7941 – Ano 2007

LOTE 2 - VEÍCULOS TIPO PESADOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Caminhão MB Atron 2729 LSP-6182 – Ano 2014
2	Caminhão VW 24-280 KWB-6392 – Ano 2012/2013
3	Caminhão VW 24-220 LLE-7884 – Ano 2010/2010
4	Caminhão VW 24-220 LSP-2998 – Ano 2009/2009
5	Caminhão VW 13-180 KNV-6499 – Ano 2009/2010
6	Caminhão VW 13-180 KVO-3274 – Ano 2009/2010
7	Caminhão VW 11-130 Prancha KTA-4308 – Ano 1984
8	Caminhão VW Delivery 5-140 LPQ-2268 – Ano 2010/2010
9	Caminhão MB 1114 Melosa KTD-4304 - Ano 1991
10	Toyota Bandeirante KTG-4315 – Ano 1990



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

LOTE 3 - VEÍCULOS TIPO EQUIPAMENTOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Rolo Compactador Liu Gong – Ano 2010
2	Motoniveladora Caterpillar – Ano 2014
3	Motoniveladora New Holland RG 140B – Ano 2010/2010
4	Motoniveladora Huber Warco 140 – Ano 1985
5	Pá Carregadeira Yto ZL30F – Ano 2011
6	Pá Carregadeira New Holland 12C – Ano 2010/2010
7	Retro Escavadeira Randon RK 406 – Ano 2013
8	Retro Escavadeira New Holland B110B – Ano 2013

Vicente de Paula Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II

Modelo de Proposta

EMPRESA:

ENDEREÇO:

GRUPO 1	UNID.	PERCENTUAL DE DESCONTO
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01	
GRUPO 2		
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01	
GRUPO 03		
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículos tipo EQUIPAMENTOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.	01	

Validade da Proposta: 60 dias

Esta proposta deverá ser preenchida e enviada à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, devidamente assinada por responsável da firma informante, em envelope lacrado.

Bom Jardim/RJ, _____ de _____ de 2019.

Carimbo do CNPJ e assinatura do proponente



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Comissão de Licitações e Compras, registram-se os preços da Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, _____, portador da carteira de Identidade nº _____, _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____. Constitui objeto desta Licitação o Registro de Eventual e futura aquisição de peças novas e genuínas, tipo maior desconto sob a tabela de cada montadora, para os veículos oficiais, pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº ____/19, Processo nº 6059/19. Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial- Anexo II, independente de transcrição.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura desta ata.

GRUPO 1	UNID.	PERCENTUAL DE DESCONTO	EMPRESA VENCEDORA
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01		
GRUPO 2			
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.	01		
GRUPO 03			
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículos tipo EQUIPAMENTOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.	01		

1 – DA DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DETALHAMENTO DOS LOTES E DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS.

1.1 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

1.1.1 – Cada contrato oriundo das solicitações deste SRP terá vigência a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e findará em até 12 (doze) meses.

1.2 – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

1.2.1 – O fornecimento das peças se dará mediante solicitação do CONTRATANTE, que especificará a o nome da(s) peça(s), a quantidade, o(s) veículo(s) a ser(em) atendido(s), e a data da solicitação.

1.2.2 – A CONTRATADA deverá fornecer integralmente as peças solicitadas no prazo de 02 (dois) dias corridos, a partir do recebimento da solicitação do CONTRATANTE.

1.2.3 – Os prazos de fornecimento ou substituição de peças serão contados excluindo o dia inicial e incluindo o dia de vencimento.

1.2.4 – Caso não haja expediente no dia de vencimento, será considerado vencimento o dia útil seguinte.

1.2.5 – As peças solicitadas deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto, s/ nº, bairro Bom Destino, Bom Jardim/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e 13h às 16h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

1.3 – DETALHAMENTO DOS LOTES:

LOTE1
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo de PASSAGEIRO , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos.
LOTE2
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículo PESADOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos veículos pesados.
LOTE3
Aquisição de peças NOVAS E GENUÍNAS para manutenção geral preventiva e corretiva da frota da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bom Jardim, de veículos tipo EQUIPAMENTOS , do tipo MAIOR DESCONTO sob a tabela de cada montadora, de acordo com a descrição dos equipamentos.

1.4 – DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS

LOTE 1 - VEÍCULOS TIPO PASSAGEIRO	
ITEM	VEÍCULO
1	VW GOL 1.6 KNO-5350 – Ano 2008
2	VW GOL 1.6 KMW-8743 – Ano 2008
3	VW Saveiro 1.6CS LPW-2175 – Ano 2011/2011
4	VW Saveiro 1.6CS KVI-6242 – Ano 2010/2011



5	VW SAVEIRO 1.6 KPZ-6243 – Ano 2014
6	VW SAVEIRO 1.6 KVG 5786 – Ano 2009
7	VW GOL 1.6 KNJ-7941 – Ano 2007

LOTE 2 - VEÍCULOS TIPO PESADOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Caminhão MB Atron 2729 LSP-6182 – Ano 2014
2	Caminhão VW 24-280 KWB-6392 – Ano 2012/2013
3	Caminhão VW 24-220 LLE-7884 – Ano 2010/2010
4	Caminhão VW 24-220 LSP-2998 – Ano 2009/2009
5	Caminhão VW 13-180 KNV-6499 – Ano 2009/2010
6	Caminhão VW 13-180 KVO-3274 – Ano 2009/2010
7	Caminhão VW 11-130 Prancha KTA-4308 – Ano 1984
8	Caminhão VW Delivery 5-140 LPQ-2268 – Ano 2010/2010
9	Caminhão MB 1114 Melosa KTD-4304 - Ano 1991
10	Toyota Bandeirante KTG-4315 – Ano 1990

LOTE 3 - VEÍCULOS TIPO EQUIPAMENTOS	
ITEM	VEÍCULO
1	Rolo Compactador Liu Gong – Ano 2010
2	Motoniveladora Caterpillar – Ano 2014
3	Motoniveladora New Holland RG 140B – Ano 2010/2010
4	Motoniveladora Huber Warco 140 – Ano 1985
5	Pá Carregadeira Yto ZL30F – Ano 2011
6	Pá Carregadeira New Holland 12C – Ano 2010/2010
7	Retro Escavadeira Randon RK 406 – Ano 2013
8	Retro Escavadeira New Holland B110B – Ano 2013

1.5 – OBSERVAÇÕES GERAIS ACERCA DO OBJETO:

1.5.1 – O preço final deverá incluir todas as despesas referentes ao frete, às embalagens, aos tributos e aos demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

1.5.2 – As peças fornecidas serão novas, genuínas e seguirão o padrão INMETRO.

1.5.3 – As peças fornecidas seguirão as normas da ABNT, quanto à sua nomenclatura.

2 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA.

2.1 – Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

2.2 – Fornecer todas as peças solicitadas no prazo e local convencionado, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.

2.3 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

2.4 – Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal.



2.5 – Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, os produtos que apresentarem incompatibilidade, apresentarem defeito(s) ou estiverem danificados.

2.6 – Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, cargas, descargas, etc.

2.7 – Dar garantia contratual de no mínimo 06 (seis) meses para os produtos fornecidos, respeitando o prazo de substituição constante no Termo de Referência/Edital.

2.8 – Manter cópia atualizada da tabela de cada montadora objeto no Termo de Referência/Edital, que deverá ser apresentada quando solicitada pelo CONTRATANTE.

2.8.1 – Na ausência da tabela da montadora – se e somente se esta não for disponibilizada pela montadora - a CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preço em três autorizadas da marca do veículo para substituir a tabela.

3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

3.2 – Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.

3.3 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato.

3.3 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma convencionada.

3.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

3.5 – Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

3.6 – Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual, caso necessário.

4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

4.1.1 – Com a nota fiscal eletrônica, deverá a CONTRATADA apresentar:

i – cópia atualizada da tabela da(s) respectiva(s) montadora(s);

ii.– cópia da Ata do Registro de Preços ou instrumento equivalente que comprove a porcentagem de desconto declarado vencedor;

iii.– cópia da certidão de regularidade com INSS - certidão unificada, com validade atualizada;

iv. – cópia da certidão de regularidade com FGTS, com validade atualizada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

- v. – cópia da certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, com validade atualizada;
- vi. – cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e a certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, com validade atualizada;
- vii. – cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da CONTRATADA, com validade atualizada;
- viii. – cópia da certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/11.

4.2 – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA

4.3 – Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto ao CONTRATANTE, inclusive multa.

4.4 – É vedado à CONTRATADA ceder créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

5 – RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

5.1 - Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
314	0604.2678200492.054	3390.39.00
315	0604.2678200492.054	3390.39.00
316	0700.1236100522.060	3390.39.00

6 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

6.1 – Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irremovíveis, salvo os casos previstos em Lei, em tempo ao Art. 40, XI da Lei 8.666/93, valendo-se do índice IGPM.

6.2 - Por se tratar de registro de preços, deve ser observado o Capítulo VIII, Artigos 17 e seguintes do Dec. 7.892/2013.

7 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 – Em caso do licitante vencedor ou a CONTRATADA recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

7.1.1 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

7.2 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:



7.2.1 – Advertência, quando o descumprimento das obrigações não acarretar prejuízos sensíveis ao CONTRATANTE.

7.2.2 – Multa(s), nos casos de:

- a) atraso na entrega dos produtos, em valor de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da respectiva nota de empenho, limitado a 20% (vinte por cento) deste valor;
- b) descumprimento de qualquer outra obrigação, se acarretar prejuízo ao CONTRATANTE ou se após advertência houver novo descumprimento da obrigação, em valor de 10 (dez) a 100 (cem) UNIF-BJ ou índice que venha a substituí-lo.

7.2.3 – Suspensão de licitar e contratar com o Município, nos casos de:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
- b) falhar, fraudar, atrasar a entrega dos produtos, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

7.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos mesmos casos de suspensão de licitar e contratar com o Município, que perdurará:

- a) enquanto os motivos determinantes da punição não tiverem cessado; e
- b) até ser realizada a reabilitação perante o CONTRATANTE, com o ressarcimento dos prejuízos causados.

7.3 – A reabilitação da CONTRATADA, da alínea “b” do item 18, somente será concedida após decorrido o prazo da respectiva suspensão de licitar e contratar com o município.

7.4 – O atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias corridos ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;

7.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.

7.6 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

7.7 – As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados.

7.8 – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

7.8.1 – Razões de interesse público.



7.8.2 – Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.

7.8.3 – Falta grave a Juízo do Município.

7.8.4 – Falência ou insolvência.

7.8.5 – Inexecução total ou parcial do contrato.

7.8.6 – Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato.

7.8.7 – Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato.

7.8.8 – Descumprimento de qualquer cláusula contratual.

7.8.9 – Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes.

7.8.10 – Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

8 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:

8.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

8.2.2 – por iniciativa do Município de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CPLC, sem justificativa aceitável;

8.2.3 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

8.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

9 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

9.1.1 – por decurso de prazo de vigência;

9.1.2 – quando não restarem fornecedor registrados;



9.1.3 – pelo Município de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

10 – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

10.1 – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente do Termo Referência/Edital caberá ao seguinte fiscalizador:

10.1.1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – CHEFE DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE OBRAS – MAT. 10/3558 SMOI.

10.2 – O fiscalizador determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados ao fornecimento do objeto, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

10.3 – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo.

10.4 – As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

11 – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1– O Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços é a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

11.2 – Os quantitativos mínimos e máximos a serem adquiridos serão os equivalentes aos valores mínimos e máximos estipulados no item 5 do Termo de Referência.

11.3 – O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

11.4 – Não será permitida a adesão de outros órgãos ou pessoas jurídicas da Administração direta ou indireta ao presente Registro de Preços.

11.5 – O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata.

11.6 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

11.6.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

11.6.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;



- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.6.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.6.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.6.5 – Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

12 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

13 – DURAÇÃO (ART. 55, IV E ART. 57)

13.1 – Cada contrato oriundo das solicitações deste SRP terá vigência a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e findará em até 12 (doze) meses.

14 – DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contados da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

15 – CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

16 – FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, XX de XXXX de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CONTRATADA
TESTEMUNHAS



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos Supervenientes e/ou Impeditivos, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal

Carimbo CNPJ

Observações:

- 1- Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.**
- 2- Esta declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes**



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local) , de de 2019.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 4º andar
Centro-Bom Jardim – RJ.

À Pregoeira

Pela presente, fica credenciado o SR. _____, portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____

Inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº _____, a ser realizada em _____

No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.

Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;

A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA: _____

Declaramos que esta empresa cumpre, rigorosamente, o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, onde é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal.

NOME:
CART. DE IDENTIDADE:
CPF.:
CARGO NA EMPRESA:



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____ (endereço completo), vem por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____

Portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____

DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____

(MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

(data)

(representante legal)



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (modelo)

Ref.: Pregão nº _____

_____ (razão social da empresa), sediada _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial nº _____/_____ da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data

(Assinatura do representante legal)

OBS: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Presencial nº, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data

Assinatura do representante legal

carimbo CNPJ

Observações:

1 - Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 130/2019

PROCESSO: 6059/19

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Pessoa para contato: _____

E-mail: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada e seus respectivos anexos.

Bom Jardim/RJ, _____ de _____ de 2019.

assinatura

CARIMBO DE CNPJ

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicito a V.Sa. preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitações e Compras.

A não remessa do recibo exime a comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.